



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1984

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, secretariada pelos Senhores Deputados Osvaldo Alencar Furtado e Tuguio Setogutte.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Cameiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela ordem) – Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI – (Pela ordem) – Eu solicito chamada nominal para posterior verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – a Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

20 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para prosseguimento da Sessão.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela ordem) – Gostaria que fosse efetuada a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – Vossa Excelência já havia requerido e a Mesa ia providenciar.

(É procedida a verificação de votação).

20 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Está Aprovada a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – O Sr. 1º Secretário fará a leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela ordem) – Nós estamos em 17 Srs. Deputados no plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – A Mesa já declarou o resultado da votação.

O SR. IVAN GUBERT – Mas, Sr. Presidente, nós estamos em 17 Deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) – No momento em que a Mesa considerou a verificação de votação, a 1ª Secretaria considerou 20 Deputados, momentos seguintes os Srs. Deputados não ficam paralisados nos seus lugares e a Mesa não tem condições de considerar a questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 194/84

Curitiba, 18 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários:

Município	n.º e data do Convênio
Abatiá	286/84 – 15/08/84
Alto Paraná	288/84 – 15/08/84
Altônia	249/84 – 07/06/84
Alvorada do Sul	250/84 – 07/06/84
Alto Piquiri	248/84 – 07/06/84
Arapoti	251/84 – 07/06/84
Assaí	252/84 – 07/06/84
Balsa Nova	253/84 – 07/06/84
Califórnia	254/84 – 07/06/84
Cambira	255/84 – 07/06/84
Cambira	331/84 – 15/08/84
Campo do Tenente	256/84 – 07/06/84
Catanduvas	257/84 – 07/06/84
Congonhinhas	295/84 – 15/08/84

Conselheiro Mairinck	294/84 – 15/08/84
Cornélio Procópio	258/84 – 07/06/84
Diamante do Norte	259/84 – 07/06/84
Doutor Camargo	260/84 – 07/06/84
Faxinal	299/84 – 15/08/84
Foz do Iguaçu	261/84 – 07/06/84
General Carneiro	262/84 – 07/06/84
Grandes Rios	330/84 – 15/08/84
Guaíra	263/84 – 07/06/84
Guaraci	264/84 – 07/06/84
Guaraniaçu	265/84 – 07/06/84
Ibaiti	266/84 – 07/06/84
Imbituva	267/84 – 07/06/84
Ipiranga	268/84 – 07/06/84
Itambé	269/84 – 07/06/84
Itapejara do Oeste	302/84 – 15/08/84
Itaúna do Sul	301/84 – 15/08/84
Ivaí	300/84 – 15/08/84
Jaguapitã	270/84 – 15/08/84
Jardim Olinda	303/84 – 15/08/84
Jataizinho	304/84 – 15/08/84
Joaquim Távora	271/84 – 07/06/84
Mandaguçu	272/84 – 07/06/84
Marmeleiro	306/84 – 15/08/84
Medianeira	273/84 – 07/06/84
Munhoz de Melo	274/84 – 07/06/84
Ortigueira	309/84 – 15/08/84
Pérola	275/84 – 07/06/84
Pinhão	310/84 – 15/08/84
Porto Amazonas	311/84 – 15/08/84
Porto Rico	329/84 – 15/08/84
Primeiro de Maio	276/84 – 07/06/84
Prudentópolis	277/84 – 07/06/84
Rancho Alegre	315/84 – 15/08/84
Ribeirão Claro	279/84 – 07/06/84
Rio Bom	314/84 – 15/08/84
Rio Negro	317/84 – 15/08/84
Rondon	319/84 – 15/08/84
Salto do Lontra	280/84 – 07/06/84
Santa Amélia	321/84 – 15/08/84
Santa Cecília do Pavão	322/84 – 15/08/84
Santa Terezinha do Itaipu	281/84 – 07/06/84
Santo Antônio da Platina	282/84 – 07/06/84
Santo Antônio do Caiuá	283/84 – 07/06/84
São João do Caiuá	324/84 – 15/08/84
São Pedro do Paraná	328/84 – 15/08/84
Tapejara	284/84 – 07/06/84
Terra Boa	285/84 – 07/06/84
Xambrê	327/84 – 15/08/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Mensagem 195/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 45/84, celebrado em 29 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o município de Cascavel, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 196/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 421/83, celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Mensagem 197/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL – PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais do referido Programa:

Município	n.º e data do Convênio
Curiúva	131/84 – 04/07/84
Mallet	203/84 – 20/07/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 198/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 340/83, celebrado em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Jussara, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 199/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 3 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e os Municípios de Barbosa Ferraz, Centenário do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Florai, Francisco Alves, Grandes Rios, Ibioporã, Indianópolis, Itambé, Jaguapitã, Loanda, Ourizona, Palotina, Querência do Norte, Rondon, Tamboara e Terra Boa, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 200/84

Curitiba, 19 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 3 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e os Municípios de Altônia, Alto Paraná, Cafeara, Cianorte, Douradina, Flórida, Guairacá, Guaporema, Icaraíma, Iguaçu, Inajá, Iporã, Itaguagé, Jardim Olinda, Lobato, Moreira Sales, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Paranavaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Sante Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Terra Roxa, Tuneiras do Oeste, Umuarama e Xambrê, com a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região

Sul — SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 201/84

Curitiba, 22 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 49/84, celebrado em 29 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Campo Largo, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de pavimentação de vias públicas no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 202/84

Curitiba, 22 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e o Município de Jesuítas, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA à votação dos

Projetos de Lei n.ºs 299/84, que objetiva criar cargos isolados de provimento em comissão, na Governadoria do Estado; 231/84, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial à Assembléia Legislativa; e, 234/84, que autoriza a abertura de crédito especial à PARANATUR, Imprensa Oficial do Estado e TECPAR.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, seja atribuído Regime de Urgência à votação do Projeto de Lei n.º 209/84, que versa sobre vencimentos dos professores regionalistas e professores sem habilitação.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a correção do Projeto de Lei n.º 121/84, que, por um lapso, não está de acordo com o teor do documento.

Requer também, a incorporação do Projeto de Lei n.º 150/84, por terem a mesma finalidade.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa de denominar a rodovia que receberá pavimentação ligando Cascavel a Boa Vista da Aparecida, Rodovia Renato Festugato, é um gesto de reconhecimento ao muito que a laboriosa família Festugato fez pelo desenvolvimento de Cascavel e do Oeste Paranaense.

O nobre Deputado Mário Pereira, vendo o alcance da homenagem proposta, quis também associar-se ao preito de gratidão que interpreta o sentimento de todos os segmentos da sociedade cascavelense e o destina para com a família homenageada. E como o projeto de lei de sua autoria tem a mesma finalidade, nada mais justo do que propormos a incorporação de seu projeto de lei ao de nossa autoria, que não tem marca de partido e deve ser interpretado como sendo um expediente de todo o Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MASSARU KATSUDA.

Pioneiro de Paranavaí, o extinto era personalidade muito conceituada e respeitada naquela cidade, onde era admirado pelo grande apego à família e pelos amigos.

Falecido aos 79 anos de idade, deixa muita saudade e, já, sem dúvida, sempre lembrado pela enorme contribuição que deu à construção e ao progresso de Paranavaí.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto

de profundo pesar pelo falecimento do Professor EDEVALDO LABATUT.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade, face os dotes morais do extinto.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Dr. Lamenha Lins, 240, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, domingo, dia 30 de setembro de 1984, aos 64 anos, do Sr. OCTACÍLIO DE LIMA, Agente de Segurança e figura bastante querida em seu vasto círculo de amizade.

Grande amigo e pai de família exemplar, deixa viúva Dona Selma Wasthener de Lima e os filhos Lígia Maria, funcionária deste Poder, Dr. Renato W. de Lima, Delegado de Polícia de Goioerê e Roberto W. de Lima, que, juntamente com os seus amigos, lamentam a irreparável perda.

Nestas condições, sensibilizados com a dor da família enlutada, propomos o presente voto de pesar, do qual solicitamos que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Excelentíssimo Sr. Dr. Tadeu Marino Loyola Costa, digno Juiz de Direito em Exercício nesta Capital, por ter sido agraciado com a insígnia do Mérito Judiciário, em razão de sua destacada atuação como Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, em solenidade levada a efeito no dia 28 de setembro próximo passado, na cidade de Belo Horizonte, por iniciativa da Associação dos Magistrados do Brasil.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao homenageado e ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício de condolências à família de JOSÉ GERETI, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 30 de setembro de 1984, na cidade de Mandaguari, sendo o mesmo pai do Vereador Santo Gereti, daquele município.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Os desígnios da Providência Divina vêm ceifar da face da terra mais uma vida. Esta, genitor do Vereador Santo Gereti, do Município de Mandaguari.

Queremos nesta oportunidade, compartilhar das tristezas da família enlutada, e enviar pêsames à mesma. A família reside na Rua São Paulo, 1000, no Município de Mandaguari.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, inserção em ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, de Rio Branco do Sul, por ocasião das Conferências Bíblicas realizadas nos dias 28, 29 e 30 de setembro próximo passado.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao Pastor Carlos Marchioro, à Praça Castelo Branco, 57, Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, seja proposta ao Chefe do Poder Executivo a criação de um Grupo de Trabalho para efetuar diagnóstico da situação higiênico-sanitária do abate, industrialização e comercialização de carnes e derivados no Estado do Paraná, sugerindo-lhe que sejam convidadas para integrar este grupo, as seguintes entidades(Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa, Ministério da Agricultura, Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, Secretaria de Agricultura, Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná e Sindicato da Indústria da Carne do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que uma das metas prioritárias das Prefeituras Municipais, em nosso Estado, segundo o PRAM, é a construção de abatedouros municipais.

Todavia, para que isto aconteça, é necessário uma correta orientação aos municípios, através de fontes especializadas, a fim de que tais abatedouros venham a preencher as condições ideais sob o aspecto higiênico-sanitário.

Hoje, a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, em nosso Estado, é feita exclusivamente pelo Ministério da Agricultura, com trabalhos desenvolvidos junto às grandes empresas.

Entretanto, a inspeção procedida quase que estritamente nas indústrias de grande porte, deixa muito a desejar, pois é sabido que o maior volume de carne é originária de abatedouros não inspecionados e até mesmo clandestinos.

Nosso objetivo é fazer com que, através de grupo de trabalho organizado para efetuar diagnóstico da situação atual do abate, industrialização e comercialização de carnes e derivados no Estado do Paraná, possamos encontrar os meios mais apropriados de assegurar à população as condições ideais de higiene para a preservação da saúde daqueles que se alimentam de produtos de origem animal.

É do interesse de todos saber do resultado desta avaliação, bem como ter conhecimento de que o Governo do Estado está preocupado em prestar a assistência necessária aos municípios onde se pretende instalar abatedouros, pois, no momento em que a inspeção alcançar a totalidade dos estabelecimentos que atuam no ramo, haverá despreocupação quanto ao aspecto higiênico-sanitário dos produtos oferecidos no mercado, cuja boa qualidade é exigida, com toda razão, por aqueles que os consomem.

Havendo colaboração dos interessados, em pouco tempo o Paraná poderá marchar junto com outros Estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde já foi procedida avaliação das práticas recomendadas, neste campo, para o encontro das

soluções almejadas.

Confiemos no Governo Participativo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Planejamento, no sentido de que a via de ligação rodoviária projetada pela METRONOR, seja estendida até o Município de Guaíra, interligando a projetada Rodovia Durados - Mato Grosso do Sul, com o Norte do Paraná, para o escoamento da produção da região.

Tal solicitação prende-se ao fato: o eixo Maringá - Londrina, abrange o maior Parque Esmagador e Industrializador de soja; os maiores frigoríficos abatedouros de gado; o maior parque moageiro de milho e o maior centro comercializador de cereais e mercadorias em geral, no Brasil.

A ampliação do METRONOR até a cidade de Guaíra, virá assegurar que a produção do progressista Estado do Mato Grosso do Sul continue tendo o seu escoamento, como tradição, pelo Norte do Paraná e que, inclusive, o Porto de Paranaguá prossiga tendo preferência.

Outrossim, requer que da decisão desta Casa, se dê conhecimento ao Excelentíssimo Sr. Vereador João Batista Sanches, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa seja encaminhado ofício à Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de agilizar o trâmite do Processo 232/84 a fim de que seja autorizado já para o próximo ano, o funcionamento dos cursos de Ciências Econômicas, Geografia, Bacharelado e Licenciatura Plena, na Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, requerendo, ainda, seja dado ciência deste requerimento aos seguintes órgãos do Município de Francisco Beltrão: Banco do Estado do Paraná, Conselho de Desenvolvimento Municipal, Câmara de Vereadores, Associação Comercial e Industrial, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos, CONFRABEL, Lions Clube Centro, Rotary Clube, Câmara Júnior, FACIBEL, Núcleo Regional da Secretaria da Educação, Departamento de Educação Municipal, Segunda Companhia de Infantaria, Delegacia de Polícia, DER, ACARPA Regional, ACARPA Municipal, Secretaria da Agricultura, Instituto de Terras e Cartografia, ASSESSOAR, APMI, Associação Médica do Sudoeste, Associação de Médicos Veterinários, Associação dos Engenheiros Agrônomos, IBES, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção e Mobiliário, Associação de Professores, Segunda Companhia do Terceiro Batalhão da PM, Poder Judiciário, Ministério Público, Representantes das Igrejas Evangélicas e Católica, DABZ, ADEB, Subseção da OAB, ADEA, Corpo de Bombeiros, Oitavo Distrito Sanitário, Associação dos Contabilistas, Associação dos Odontólogos, Associação das Microempresas do Sudoeste, Grupo de Escoteiros, APAE, Departamento de Assistência Social, DETRAN.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão está implantada no centro de uma das regiões mais promissoras de nosso Estado, atendendo grande número de jovens em

condições de cursar o terceiro grau.

É do conhecimento de todos nós a grande dificuldade econômica que se abate sobre a população brasileira, inviabilizando definitivamente a possibilidade deste jovens em deslocarem-se a centros maiores em busca de universidade, o que, além do mais, contraria frontalmente a política de fixação do homem na sua região de origem.

O Sudoeste do Paraná não pode ser ignorado no aspecto educacional, até porque esta é uma das metas de nosso Governo. Quando vemos outras regiões questionarem sobre estadualização, melhores salários, ampliação de recursos técnicos e científicos, somos levados a concluir que nossa reivindicação é modesta e justa, pois pedimos unicamente a criação dos cursos de Ciências Econômicas, Geografia, Bacharelado e Licenciatura Plena, por sabermos serem viáveis e haver a clientela suficiente para a manutenção.

Além do mais, o Conselho Estadual de Educação já proferiu o parecer favorável do processo 232/84, de 12/09/84, o que permite a esta Secretaria autorizar o funcionamento dos referidos cursos, ainda em 1985.

O atendimento de tal reivindicação terá o reconhecimento de todos nós, sudoestinos, além de viabilizar a efetiva concretização de uma real necessidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de solicitar a liberação de uma verba no valor de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), que será destinada à aquisição de um terreno para a construção de um Campo de Futebol no Município de Santa Cecília do Pavão, conforme reivindicação da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que a referida Pasta libere uma cota maior de medicamentos do CEME, para o Posto de Saúde do Município de Santa Cecília do Pavão, em virtude do mesmo não conseguir suprir as necessidades do grande número de pessoas pobres e trabalhadores volantes bóias-frias daquele município.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Luiz Cordoní Júnior, solicitando uma Ambulância para 13.º Distrito Sanitário de Cianorte, visando intensificar o atendimento no município, bem como melhorar a qualidade mesmo.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo

Curitiba, quinta, em 04/10/84

simo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a criação do Núcleo da Secretaria no Município de Cianorte, centralizando o atendimento aos municípios de São Tomé, Japurá, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema, Tapejara, Tuneiras do Oeste e Jussara, face à real necessidade de criação desse Núcleo, facilitando o acesso às informações e orientações, atendendo a antigas reivindicações, possibilitando ainda um melhor entrosamento entre a Secretaria e representantes do setor na região.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, solicitando a criação do Núcleo da Secretaria no Município de Cianorte, centralizando o atendimento aos Municípios de São Tomé, Japurá, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema, Tapejara, Tuneiras do Oeste e Jussara, face à real necessidade da criação desse Núcleo, atendendo às antigas reivindicações do setor, facilitando assim o acesso às informações e orientações, possibilitando maior entrosamento entre a Secretaria e produtores da região.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja realizada pintura geral nas instalações da Escola Monteiro Lobato, localizada na municipalidade de Sertãozinho.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista iniciativa da Ilustríssima Sra. Anemir Moreira Balzanello, DD. Diretora daquele estabelecimento de ensino de primeiro grau, que afirma ser de fundamental importância a realização de nova pintura em todas as dependências daquele prédio.

Neste sentido, torna-se imprescindível a participação dessa Secretaria de Estado da Educação para a realização da pretendida pintura geral, pois, segundo ainda aquela mesma direção, não existe disponibilidade própria de recursos.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, vem REQUERER o que segue:

I — Seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, expediente de congratulações pela inauguração da subsidiária, ocorrida no dia 29 de setembro último, na localidade de Naranjal - Paraguaí.

II — Ao mesmo tempo espera que a Administração Estadual mantenha rigoroso controle sobre a citada agência para que a mesma atinja nível de funcionamento e atendimento para fazer frente às expectativas de todos aqueles que a partir de agora irão se utilizar da mesma como instrumento financeiro e de apoio, principalmente o setor agrícola.

III — Entende agora, mais o que nunca, que seu posicionamento anterior não foi desastroso, isto diante da nova perspectiva e alinhamentos administrativos enunciados como ritmo

de trabalho para a agência.

IV — Espera que com o positivamento funcional da agência em terra guarani, os setores desenvolvimentistas, principalmente o agropecuário, sejam expandidos com os auxílios que a área irá requerer e terá neste organismo a esperança de um fiel colaborador e gerador do desenvolvimento.

V — Concede voto de confiança à atual diretoria, na esperança de que a semente deste empreendimento proporcione auxílio desejado e tão esperado por aqueles paraguaios e brasileiros que, na condição de desbravadores, investem esperanças, sonhos e até mesmo a vida em empreendimentos rurais em busca de um desenvolvimento projetado para dias melhores, e em cujos alicerces sentam as bases no trabalho árduo de hoje para a tranquilidade de um amanhã promissor.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de autorizar auxílio financeiro para a manutenção da Escola Municipal Maria Gomes Teixeira, localizada na municipalidade de Sertãoópolis.

Pertencente à rede municipal de ensino, a Escola Maria Gomes Teixeira, importante estabelecimento para a formação educacional de boa parte da juventude sertanopolense, tem sempre recebido atenção especial por parte da atual administração municipal daquela cidade. No entanto, ante a ausência de recursos capazes de atender as necessidades básicas, por muitas vezes independente da intenção dos responsáveis pela gestão pública, acabam por diversas dificuldades algumas escolas, como é o caso da Escola Maria Gomes Teixeira, pois, atualmente, vem a mesma passando por alguns transtornos em termos de funcionamento, bem como no que respeita a parte de materiais permanentes ou não e, principalmente, materiais didáticos.

Diante de tal situação, o Ilustríssimo Sr. Amilton Teixeira Martins, uma das mais destacadas personalidades políticas daquele progressista município, tendo sido o mesmo Prefeito Municipal e atualmente presidente do Diretório Municipal do PMDB, é quem tem manifestado preocupação quanto as condições de funcionamento daquele estabelecimento de ensino, defendendo a necessidade de que essa Secretaria de Estado da Educação determine a liberação de recursos financeiros que possam assegurar a melhoria das condições educacionais.

Eis, pois, a exposição de motivos que bem retratam a realidade referente àquela escola, que por certo merecerá desta Pasta uma ampla avaliação no sentido de concretizar o que ora é pretendido.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, solicitando que a Superintendência deste órgão no Estado do Paraná, venha a ser implantada no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoiamto: HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Levando em conta o empenho demonstrado pela Asso-

ciação Comercial e Industrial de Londrina, dirigida pelo dinâmico empresário Edson Heringer, é:-

Considerando o fraco desenvolvimento industrial desta região nos últimos governos, face à concentração de recursos e apoio logístico na região sul do Estado, em especial na Região Metropolitana de Curitiba;

Considerando que hoje esta região está empenhada na incrementação do seu processo de industrialização, com especial atenção para a agroindustrialização, cuja matéria-prima temos em abundância;

Considerando que no processo de agroindustrialização do Paraná às microdestilarias de álcool, bem como as usinas de açúcar e de álcool de maior porte vieram a se localizar nesta região;

Considerando que é para Londrina que fluem, direta e indiretamente, todos os empresários ligados ao setor;

Considerando que a proximidade da Superintendência do IAA com a fonte produtora só trará benefícios à região, e ao Estado, com a dinamização e agilização das relações comerciais entre produtores, fábricas e IAA.

Reformaços nesta oportunidade, através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a reivindicação de que a Superintendência, em fase de implantação no Paraná, seja instalada no Município de Londrina.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 261/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O § 1.º do art. 5.º da Lei n.º 6639, de 05 de dezembro de 1974, introduzido pela Lei n.º 7.771, de 13 de dezembro de 1983, passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 5.º —

§ 1.º — A requerimento do Deputado Estadual, da Legis-latura em curso, será computado, para todos os efeitos legais, pelo Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, o tempo máximo de quatro (04) anos, desde que sem qualquer cumula-ção com contagem de prazo anterior, e que recolha as con-tribuições mensais devidas fixas em 14 por cento na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo Deputado Esta-dual por ocasião do recolhimento.

§ 2.º — O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e formas para o cumprimento do parágrafo anterior.

§ 3.º — Ao Deputado em exercício na data da entrada em vigor desta lei, que perdeu mandato anterior do Deputado Estadual em decorrência de ato de exceção, aplica-se o dispo- to no Art. 27 da Lei n.º 6639/74 e suas alíneas, sendo-lhe facultado contribuir sobre quatro(4) anos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, respeitados os direitos adquiridos e revogadas as dispo-sições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamto: OSVALDO ALENCAR FURTADO, AIRTON CORDEIRO, FRANCISCO ESCORSIN, ANIBAL KHU- RY, WERNER WANDERER, HERMAS BRANDÃO, GA- BRIEL MANOEL, TADEU LÚCIO MACHADO, JORGE MAIA FILHO, RUBENS BUENO, BASÍLIO ZANUSSO, TUGUIO SETOGUTTE, CAÍTO QUINTANA, ODENI MONGRUEL, FERRARI JÚNIOR, ERONDY SILVÉRIO, PÉRICLES PA- CHECO, QUIELSE CRISÓSTOMO, AUGUSTO CARNEIRO, HOMERO OGUIDO, EDGARD PIMENTEL, LEONIDAS CHAVES, EZEQUIAS LOSSO, IVAN GUBERT, LUIZ AL- BERTO OLIVEIRA, ACIR MEZZADRI e TÉRCIO ALBU- QUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7771, de 14 de dezembro de 1983, introduziu

sensíveis melhoramentos na Lei n.º 6.639, de 04 de dezembro de 1974, que criou o Fundo Estadual de Previdência do Parlamento.

Dentre eles, figura o § 1.º do art. 5.º, que permite a alguns dos atuais Deputados Estaduais computar o tempo máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14% na base dos subsídios fixos mais variáveis por eles percebidos por ocasião do recolhimento.

Acontece, porém, que nem todos os integrantes da Legislação em curso podem requerer tal benefício, já que não preenchem os requisitos estabelecidos no mencionado dispositivo legal, o que cria uma situação de desigualdade entre parlamentares detentores de idêntico mandato eletivo.

Assim, em nome do princípio constitucional da isonomia, necessário se faz alterar a redação do mencionado § 1.º do art. 5.º corrigindo-se a distorção existente e permitindo que todos os atuais Deputados Estaduais possam usufruir de iguais direitos.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De há muito que nós estamos mantendo alguns contatos, não só neste Parlamento, mas e principalmente fora dele, com pessoas que interessadas pela causa e pela qualidade dos alimentos consumidos pela população, não só paranaense, mas também brasileira, vêm dias após dias, denunciando através dos jornais e através da imprensa, que a nossa população, de um modo bastante significativo, tem consumido produtos, principalmente aqueles de origem animal, com qualidade muitas vezes duvidosa ou com qualidade muitas vezes deteriorada e isso tem levado a diversos problemas.

Os jornais da Capital e também do interior, têm seguidamente se manifestado contra aquilo que nós também reputamos como sendo um prejuízo para toda sociedade brasileira e paranaense, como sendo também um prejuízo bastante significativo ao tesouro do Estado, que são os abatedouros clandestinos.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após alguns meses conversando e dialogando com pessoas ligadas ao setor de inspeção dos produtos de origem animal, chegamos à conclusão na manhã de hoje que deveríamos propor ao Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, que determinasse a criação de um grupo de trabalho, para que este grupo constituído de entidades e pessoas que conhecem, vivem e dependem do setor de produtos de origem animal, pudesse esse grupo de trabalho fazer uma avaliação bastante aprofundada, principalmente nos aspectos higiênicos, sanitários, tanto na fase de abate, como na fase de industrialização e comercialização de carnes e seus derivados no Estado do Paraná.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa e irá à aprovação desta Assembléia um requerimento, onde estamos propondo ao Governador, a criação desse grupo de trabalho e também nesse mesmo documento, estamos sugerindo a ele que convide a participar desse grupo de trabalho, a Secretaria de Estado da Agricultura, através de seu Departamento de Fiscalização de FIS, a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, através do seu Departamento de Saneamento, Vigilância Sanitária, o Ministério da Agricultura através do RPA, da Delegacia do Ministério da Agricultura do Estado do Paraná, a Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legis-

Curitiba, quinta, em 04/10/84.

lativa, a FAMEPAR, como entidade que assiste e que cuida dos interesses dos municípios do Paraná.

Também estamos sugerindo, que parta desse grupo de trabalho, o Sindicato da Indústria da Carne, do Estado do Paraná.

Era para nós já termos realizado nesta Casa, uma mesa redonda, ou um painel, para discutirmos e avaliarmos a questão da qualidade, principalmente no seu aspecto higiênico sanitário, da carne, e seus derivados. Esse trabalho encontra-se em fase de estudos, e acreditamos nós, que no decorrer ainda deste mês de outubro, ou quem sabe no início do mês de novembro, estaremos realizando então, uma grande reunião nesta Assembléia, para que possamos tomar um posicionamento também com relação a este assunto.

Todos nós sabemos, e principalmente os Deputados do interior, e que pertencem à área não abrangida pelo PRORURAL, que mais de 70 prefeituras colocaram como prioridade do PRAN, abatedouros municipais. Há que se avaliar isso, há que se orientar esses Prefeitos, para que construam estabelecimentos, que possam oferecer um mínimo de higiene e sanidade aos produtos e aos animais, que forem ali abatidos. Por esse motivo, encarecemos a todos que nos acompanhem e que aprovelem o requerimento que estamos encaminhando a Sua Excelência o Sr. Governador José Richa. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESSIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero voltar à questão da demissão do funcionário da Saúde, Doático Santos. Nesta oportunidade o farei, suportado por artigo publicado na "Folha de São Paulo", por Vanderley Guilherme dos Santos.

Tenho recebido conselho de velhos companheiros, para esquecer o episódio. Passar por cima do acontecido. Afinal, dizem estes meus amigos, "a democratização do País é questão mais importante".

Estou até disposto a reverter minha posição, se estes teóricos do apoio incondicional ao Governo do Estado e a todos os seus atos, me demonstrarem que autoritarismo é monopólio federal, uma espécie de PETROBRÁS do arbítrio, o "autoritáriobrás".

É ridícula a tese de que podemos democratizar o País, sem sermos democratas. A hipótese dos gênios políticos do "sim senhor", é de que, por sermos um partido democrático no poder, todos os democratas são Governo. Consequentemente, todo movimento independente, que critique o Governo, é reacionário e subversivo.

Diz bem, o articulista da "Folha": — "Quando só os príncipes falam, os súditos não pensam, repetem". Em todas as arenas do Poder, dispersas pela sociedade, se coloca a questão da livre manifestação do pensamento e da crítica, o que não ocorre só em relação ao poder do Estado. Onde existe poder, ele deve ser democratizado; sendo que, uma das maneiras possíveis, ou de qualquer modo, legítima de democratizá-lo, é criticando-o, disputando-o.

Alguns exóticos democratas de fim de semana, não pensam assim. Quem vem, quem apóia, quem não pensa e nem discute, é democrata. Assim, os mesmos que demitem o funcionário Doático, da Saúde, aplaudem Samey, Meira Matos e Armando Falcão. Quem pensa, quem discorda é renegado. Renegado, porque foge das propostas dos democratas de ocasião. E os que vêm e vão, em busca da democratização da sociedade,

que disputam, que criticam, para os teóricos do adesismo incondicional, são doidos; doentes que deveriam ser internados em clínicas especializadas.

A demissão do funcionário da Saúde se deu por razões políticas. Se deu em função de disputa pela liderança de organização dos funcionários e questionamento da falta de participação dos funcionários na discussão da política de saúde.

Doático Santos, não foi demitido; foi cassado, para não disputar a liderança de sua categoria. Precisamos, Srs. Deputados, corrigir esta situação; precisamos corrigi-la enquanto partido; precisamos corrigi-la enquanto governo; precisamos corrigi-la como democrata; precisamos corrigi-la na Assembléia Legislativa como poder.

Se o funcionário da Saúde não tiver devolvida a sua condição de funcionário público, de servidor público para que se integre democraticamente na disputa da Federação de funcionários públicos, teremos, lamentavelmente, deixado de cumprir as propostas de 1.982. Ficará tudo como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trazemos à tona uma preocupação que precisa ser de todos nós.

Enquanto as discussões prosseguem, enquanto nós vamos alimentando a esperança de que a situação econômico-financeira do País, em especial, a estrutura municipalista, possa auferir esperança ou dias melhores com a possível vitória do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves à Presidência da República, mais do que nunca é preciso que nós nos lembremos de que certos instrumentos vitais para a vida dos municípios precisam ser incluídos como meta prioritária.

O Decreto Federal nº 1.216 de 09/05/72 dispõe sobre a íntegra das parcelas pertencentes aos municípios, produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, que ora acarreta graves prejuízos aos Estados e Municípios, em função da defasagem crônica que é agravada pelo abismante espiral inflacionário, atual modelo da política econômica ditada pelo Governo do Planalto.

Além do índice ser estipulado em torno de 24 meses, na realidade gasta-se espaço de um ano para operacionalizar o processo.

Por esta razão que os municípios do Paraná em 1984 percebem o seu ICM exatamente sobre o índice calculado relativamente ao índice de 81, 82.

Daí as dificuldades a asfixia praticamente a destinação do ICM quando muito para cobrir a folha de pagamento dos funcionários públicos municipais.

É por esta razão que sinto que os problemas nacionais só haverão de ser solucionados através de discussão, da revitalização das comunas municipais, é que estamos solicitando, através de requerimento, que seja incluída na programação do provável futuro Presidente Tancredo Neves, a inquietação também de eliminar a enorme distorção que tantos problemas trazem aos municípios.

E por que não, Srs. Deputados, nós do Paraná, levarmos e exigirmos como meta a ser cumprida pelo futuro Presidente, a federalização das nossas fundações universitárias estaduais.

Sabemos que o Governo Estadual, às duras penas, é que

consegue cumprir os seus compromissos com relação a onerosa manutenção das nossas instituições universitárias.

Sabemos que de acordo com a Lei 5.692, cabe à União, é competência do Governo Federal, a manutenção do Ensino de terceiro grau. É por esta razão que está na hora de empreendermos uma marcha paranista, para que a União, que detém em suas mãos 70 por cento de tudo aquilo que se produz em cada município do País, venha a responsabilizar-se por aquilo que de ordem legal é atribuição sua.

Finalmente, pretendemos corrigir interpretação dada às nossas palavras, ainda ontem, segundo as quais estaríamos fixando posição contrária às reivindicações dos funcionários do Estado, em termos de luta por reposição de perdas salariais.

Nossa posição é clara, o Governo do Paraná não pode, de forma alguma, cumprir uma reposição alusiva à decênios de política voltada para o arrocho, de asfixia de nossa classe remunerada, dos assalariados do Paraná.

Entretanto, damos integral apoio à reposição, por entendermos ser uma obrigação do PMDB.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, decide implantar no Paraná a sua Superintendência, e atendendo a uma movimentação em curso na região de Londrina, aglutinada pela Associação Comercial e Industrial, que justifica a realidade agro-industrial polarizada no Município de Londrina e de toda a região Norte do Estado, que argumenta em torno da decisão já ocorrida pelo Governo do Paraná, quando da instalação do INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ, também naquela região do Município de Londrina, e, sobretudo, com vistas a facilitar a tramitação e o bom desenvolvimento dos trabalhos dessa Superintendência.

Nós atendemos, nesta tarde, às solicitações da comunidade londrinense, e Norte paranaense, somando-nos a ela na reivindicação de que esta Superintendência, prestes a se implantar no Paraná, seja instalada no Município de Londrina.

Esse é o motivo, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do requerimento que endereçamos à Mesa, nesta tarde, esperando que, com a sua justificativa que, rapidamente aqui abordamos, venha a ter da parte dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, sua concordância.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verifica-se também que na coluna "PANORAMA POLÍTICO" do "O Estado do Paraná", há o registro de uma manifestação do nobre Líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira, em que acusa a Secretaria da Saúde de estar mancomunada com tráfico de influência no Governo do Estado, mais particularmente, a esposa do atual Secretário da Saúde.

Diz o Sr. nobre Líder do PDS. (Lê):

"Não bastasse a boa colocação que ela tem no Governo do Estado — a esposa do Sr. Secretário, dona Regina — também serviu de contato no SIR — Laboratório, junto ao Governo para a realização do documentário que foi ao ar nos últimos dois dias, recebendo polpuda comissão".

Registrados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse fato, de que o nobre Líder do PDS, com inverdades, traz um protesto

que tem, necessariamente que ser desmentido aqui da tribuna.

Nós desafiamos o nobre Líder do PDS a provar a ocupação, pela esposa do Secretário da Saúde, de qualquer função ou cargo, no aparelho do Estado, do Governo do Estado do Paraná.

Em segundo lugar, denigre novamente o nobre Líder do PDS, repetindo uma postura já do ano passado, de 83, quando denigre uma profissional competente, séria, reconhecida pela sua categoria, que trabalha, sim, nessa empresa nominada SIR — LABORATÓRIOS, no setor de produção e não no setor comercial, e que já no ano passado, recebeu, por parte das categorias da imprensa, o seu repúdio, quando, naquela época, por motivos diversos, mas, com a mesma intenção, se tentava diminuir o trabalho que, na Secretaria da Saúde do Paraná, o Governo Richa vem desempenhando, a contragosto dos interesses que, há anos, se instalavam e se beneficiavam da máquina administrativa da Secretaria da Saúde, que atendia ou beneficiava determinados interesses.

Nós entendemos a angústia e a tentativa de menosprezo com que as lideranças de várias áreas, inclusive não só do PDS, de outros partidos, inclusive, que tentam diminuir. Mas, não podemos deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer o registro, e o apelo para que venham com as provas para reafirmar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Esta Presidência quer, com satisfação, assinalar a presença no plenário desta Assembléia Legislativa, de uma delegação de estudantes da Escola Adventista Carlos de Carvalho, Ensino de primeiro grau, delegação esta chefiada pelas professoras Dirce Ferraz e Sônia Machado, e quer expressar aos jovens estudantes e às professoras, a grande satisfação deste Poder em tê-los aqui e agora, neste convívio salutar com a Casa do Povo no Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, orador inscrito na Hora do Pequeno Expediente.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Melhora das condições de vida, democratização do poder, participação comunitária, tripé da ação político-administrativa do governo do PMDB no Paraná, materializa-se, com cada vez maior vigor, em todos os cantos do Paraná. Ainda hoje chego de uma jornada de trabalhos no interior do Estado, que confesso, me deixou profundamente entusiasmado.

Pude participar, ao lado do Governador Richa, do Presidente da COPEL, Ary Queiroz, dos Deputados Mário Pereira Paulo Marques, do presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, Delso Trentin, e de dezenas de líderes e dirigentes populares rurais, da inauguração de mais 431 ligações elétricas de propriedades rurais.

Posso agora ver ainda melhor a pregação e o bom combate o valoroso Secretário Nilton Friedrich contra os monopólios o setor energético. Levar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, energia elétrica a 120 propriedades rurais em 4 anos é antes uma refe política do que meramente técnica. Que maior significado social político poderíamos ver na obra de um governo que incorporar ao processo de desenvolvimento do Estado quase 500 mil paranaenses.

Tenho segurança de que trilhamos o caminho oposto ao desenvolvido pelo autoritarismo tecnocrata dos últimos vinte anos. Dizemos NÃO aos projetos faraônicos, à sofisticação tecnológica e megalomaniaca. Dizemos NÃO ao estímulo da

concentração de encomendas de favor a grandes empreiteiros, em detrimento dos pequenos e médios empresários. Dizemos NÃO a ITAIPU e ao projeto nuclear, que fizeram nossa dívida crescer em mais de 30 bilhões de dólares.

E a esta política, contrapomos a simplificação dos padrões construtivos de eletrificação rural. Ouvimos a comunidade, os partidos, a sociedade civil organizada, os cientistas. Temos a clareza de que apesar de reduzirmos 60 por cento em média dos custos desta eletrificação, ainda não freqüentamos o estágio que deveria estar um Estado agrícola com mais de 350 mil propriedades rurais ainda por eletrificar, em que pesem os generosos recursos hidrelétricos.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos comprovando a correção dos critérios propostos na campanha eleitoral, estimulando a participação comunitária, na forma de mutirão, entre os interessados, que também entram com os equipamentos, veículos e tratores disponíveis para a construção. Nessas experiências, o custo do quilômetro de linha monofásica em 34,5 kilowatts, utilizando além de novos critérios de projetos, o fio de aço, os postes de madeira, a mão-de-obra comunitária e tratores para o manejo e instalação dos postes, não passou dos 300 mil cruzeiros contra os mais de 1 milhão do processo convencional, a preços de março de 84.

Estou mesmo certo de está valendo a pena o PMDB ter aceito o desafio de adaptar aos princípios de um governo democrático uma empresa estatal antes contaminada pelo câncer do autoritarismo. O apoio às cooperativas de eletrificação rural e a participação das Universidades dá uma nova dimensão a esse programa.

Até o final do governo teremos atingido apenas 50 por cento das propriedades rurais existentes e tal programa será parcialmente financiado com recursos do BIRD, que processou um empréstimo o ano passado de 104 milhões de dólares. Atualmente, encontram-se em andamento mais de 400 obras em todas as regiões paranaenses, contemplando com ligações já nos próximos meses de mais 22 mil propriedades. E encontram-se cadastrados, com manifestação de interesse, mais 40 mil proprietários rurais, atestando uma surpreendente aceitação do campo paranaense.

Ao lado dos benefícios sociais e econômicos diretos, o Programa de Eletrificação gera, como é de esperar, efeitos multiplicadores sobre a indústria, o comércio e conseqüentemente sobre o nível de emprego no Estado.

A receptividade do programa reflete a confiança no governo e a correção das medidas até aqui adotadas. Em função da pesquisa e inovação implantadas pelo governo, logrou-se simplificar as redes de eletrificação, alcançando significativa redução no custo da implantação de novos sistemas. Há que se destacar ainda o aumento da participação da COPEL de 20 para mais de 50 por cento dos custos, resultando em que os agricultores tiveram diminuída sua cota de 80 para menos de 50 por cento. Finalmente, Sr. Presidente, é a demonstração cabal de que é possível fazer com os mesmos instrumentos mais, melhor e com competência.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito no Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“É princípio partidário do PMDB que os proventos e pensões sejam reajustados na mesma proporção dos reajustes do pessoal da ativa em suas respectivas categorias, como lutará o partido para garantir o acesso dos velhos ao mercado de trabalho.

São também, Sr. Presidente, princípios do nosso Partido e que se estabeleçam as seguintes regras: criar formas de representação que permitam aos servidores públicos a defesa de seus interesses, duramente prejudicados pelo arrocho salarial do regime autoritário. É preciso assegurar-lhes o direito de greve, o décimo-terceiro salário e demais benefícios garantidos aos trabalhadores do setor privado, além de um novo estatuto, que estabeleça um regime jurídico único para todos os que trabalham no serviço público.

Tanto se disse na campanha eleitoral última no Paraná sobre o que o Governo Richa haveria de fazer, que não faltaram, inclusive, as eleitoreiras acusações foram ditas de que fariamos até demissões em massa. Hoje, transcorridos os primeiros dezoito meses de Governo do PMDB, é justo que se faça um balanço do que representa o Governo José Richa, o Governo do PMDB para o funcionalismo público do Paraná.

E não é sem uma certa dose de satisfação que ao falarmos em funcionalismo público assumimos esta tribuna, para destacar as grandes e esperadas conquistas, exatamente quando aqui se votou inclusive na última semana a nova lei dos inativos e na última segunda-feira redação final, este diploma legal que marcará época na lei previdenciária desta Nação.

Lembremo-nos que, no cumprimento do programa partidário, em apenas um ano e meio, o nosso Governo já atendeu o funcionalismo, em reivindicações que se constituíam nas grandes bandeiras reivindicatórias de todos os movimentos e mobilizações do passado.

Foi neste Governo, depois da fase de autoritarismo, que propiciou a realização do I Congresso Estadual do Servidor Público que tem assegurado às Associações e organizações do funcionalismo, a maior liberdade e estímulo à defesa de suas reivindicações.

Foi neste Governo que desencalharam milhares de promoções que estavam congeladas, pela insensibilidade do autoritarismo antes reinante.

Foi no cumprimento da promessa eleitoral, que se estabeleceu a prática dos concursos públicos e da idoneidade dos mesmos, tomando o acesso ao serviço público direito de todos e não privilégio de feudos partidários.

Foi nesta fase política peemedebista, que o funcionalismo, através da Comissão Partidária, conseguiu o direito de sentar-se à mesa e discutir com o Governo, negociando os novos índices de seus reajustes.

Foi também no cumprimento das diretrizes partidárias que se equiparou os agentes do Ministério Público aos Juizes de Direito, e a estes se concederam as garantias e benefícios salariais que lhes eram devidos.

Aos Delegados de Polícia, corrigiram-se as injustiças dos vencimentos humilhantes que os impeliam até mesmo à corrupção para poderem sobreviver; também passou-se a pagar a partir deste Governo até aos que nada recebiam por este relevante serviço de fundo social, serviço de alto risco.

Aos advogados, defensores dos interesses do próprio Estado, também foram concedidos reajustes de salário condizentes, e ultimam-se os detalhes de seu tão aguardado estatuto.

Aos policiais civis e militares as diversas leis aqui aprova-

das por iniciativa governamental, bem elucidam o tratamento dispensado não apenas aos salários, mas principalmente à melhoria das condições de trabalho e de vida policial.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Líder, Deputado Nilso Sguarezi.

É fora de dúvida que o Governo do PMDB foi o melhor Governo, para o funcionalismo público, dos últimos 30 anos, no Paraná. Os compromissos sociais do PMDB, estão sendo cumpridos além da medida dos compromissos de palanque: agora, lamentável, ilustre Deputado Nilso Sguarezi, é que, tudo isto seja desmanchado, com uma atitude autoritária do grupo que ocupa a Secretaria da Saúde, que, para conseguir a hegemonia nas lutas que travam os seus funcionários, pelo comando da sua Associação e da Federação dos Funcionários Públicos, tenha demitido um funcionário, crítico, que não fazia mais do que, organizar a sua categoria e levar para a frente, as suas reivindicações; algumas reivindicações das quais, exagerada, porque nós sabemos que o Orçamento do Estado não serve só para aumentar os salários de uma categoria e nós tínhamos carradas de razão, para podermos enfrentar numa Assembléia aberta aquelas lideranças mais críticas, mais exigentes, e convencer o conjunto dos funcionários que estamos fazendo o possível, mas o Secretário da Saúde resolve demitir de uma forma injusta, ilegal e autoritária um funcionário que era o Secretário Geral da Comissão Pró-Educação, eleito em Assembléia Geral de um Congresso organizado pelo nosso Governo, aberto pelo Governador José Richa e presidido pelo Secretário da Comunicação Social. A injustiça, a ilegalidade, o absurdo dessa medida, empana o conjunto das medidas sociais que o nosso Governo está tomando. Não é suficiente que um Governo seja socialmente justo. Nós queremos mais, queremos a garantia das liberdades democráticas e eu gostaria que o Líder inclusive no seu pronunciamento, pronunciamento que trata do elogio de tudo aquilo que temos feito, a crítica do absurdo, a crítica do inaceitável, a crítica de tudo aquilo que agride o programa do PMDB e os nossos compromissos de campanha.

Muito obrigado, Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — O aparte de Vossa Excelência, haverá de caracterizar para a história desse Estado, o que é a realidade política hoje do Paraná. Na verdade, ninguém tem a obrigação, ninguém tem o pacto de calar-se ante aquilo que considera injusto, que considera não correto.

Eu registro o aparte de Vossa Excelência, porque esta é a maneira nova de como os homens que ganharam a eleição de 1982 estão sendo conduzido no Paraná.

Eu só entendo de que nós haveremos de chegar ao final deste Governo, de termos conseguido realmente dar os contornos definitivos daquela filosofia de Governo que um ano e meio ainda nos permitiu apenas esboçar os seus contornos, porque como tenho respeitado desta tribuna, ascendemos ao Poder com uma estrutura totalmente institucionalizada para o autoritarismo e isto não é tarefa fácil de ser removida. Esta institucionalização do autoritarismo não é fácil de ser removida em apenas um ano e meio. Por isso, eu acredito que temos caminhado até com seriedade, digo, celeridade para cristalizar uma política funcional que sem falsa modéstia é a que dispensa o melhor tratamento de funcionário público no Brasil e que coloca o nosso Governo em sintonia com os princípios e propostos peemedebistas.

Quando dizem, o ponto de partida para uma política efetiva de distribuição de renda, é a elevação dos salários, é a participação dos trabalhadores na renda nacional. Eu acho que este princípio partidário realmente nós temos conseguido atingir, senão com a perfeição que desejávamos, mas nós temos realmente em grande percentagem, ou quase na sua totalidade, conseguido realmente atingir este princípio partidário.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Ontem ainda, Deputado Nilso Sguarezi, numa intervenção nós citávamos — em termo comparativo — entre dois Governos de Oposição, embora em Partidos diferentes, mas mostrando que na verdade, o Governo do Estado do Paraná tem caminhado mais rápido no que diz respeito ao seu funcionalismo público.

Porque ainda neste mês, o Estado do Rio de Janeiro, promoveu uma reunião, uma Assembléia dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro e veja bem, Deputado Nilso Sguarezi, qual a reivindicação do funcionalismo público do Rio de Janeiro — décimo-terceiro salário e 50 por cento de aumento salarial; benefícios que o Governo do Paraná já deu ao funcionalismo público há quase um ano, acrescido ainda da semestralidade, de equiparação das categorias, do reconhecimento do direito do servidor público, o que nos mostra que, na verdade o compromisso assumido com o servidor público do Paraná está sendo cumprido dentro da possibilidade orçamentária do Governo.

Não se trata aqui de uma defesa intransigente ao Governador José Richa, mas do reconhecimento que, nós políticos, e a classe do servidor público do Paraná também tem que ter, do limite possível orçamentário no pagamento do seu servidor, sob pena de comprometermos o orçamento inteiro, sem podermos fazer as obras sociais que também é meta nossa.

E ainda, permitindo a boa vontade de Vossa Excelência, ao ouvir este aparte, gostaria de lembrar aos trabalhadores do Brasil que, embora a oposição tenha contestado veementemente desde o decreto 2.064, que passou por uma novela: foi colocado em prática o 2.065, que nada fez e reduziu a capacidade do trabalhador brasileiro limitando em 80 por cento do INPC os seus aumentos.

Nós vimos recentemente, há questão de 15 dias o Líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, mostrando intransigência quanto à negociação do aumento do trabalhador brasileiro em 100 por cento do INPC, alegando nas entrelinhas aquilo que o Brasil inteiro sabe, que isso é uma imposição do FMI, vindo de fora para dentro do Brasil, na tentativa da contenção do gasto público; condição "sine qua non" do FMI para os acordos com este País.

Então, se nós não estamos, Deputado Nilso Sguarezi, aquilo que eu tenho certeza e o nosso próprio Governo gosta de ter, um trabalhador satisfeito com a sua renda, e mais do que isso, podendo dar vida digna à sua família, estamos pelo menos no Paraná, cumprindo com a nossa missão democrática: aplicarmos o limite do nosso orçamento em benefício do nosso trabalhador.

Muito obrigado e meus parabéns pelo seu pronunciamento.

SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência na verdade, até antecipou alguma coisa que eu ia tocar, com referência ao INPC. Oi, nobre Deputado Caíto Quintana, nesta linha de justiça

social, que o Governador José Richa determinou, na última semana, que os reajustes futuros para as Fundações, pessoal das Fundações, nunca sejam inferiores aos 100 por cento do INPC.

E como bem disse Vossa Excelência agora, referindo-se ao Líder do PDS na Câmara Federal, em que demonstrava e se apegou com muita resistência para que esta conquista do trabalhador não fosse reconhecida.

Mas reconhecemos, e é bem possível que existam inclusive, e sabemos que existem ainda algumas anomalias a serem corrigidas. Entretanto, em tão pequeno espaço de tempo corrigir as distorções dos longos anos de autoritarismo não é tarefa fácil, eis que outros setores da estrutura governamental hão que ser corrigidos, para que se tenha recursos, sem que se aumente os tributos.

A verdade verdadeira é que o Governo do PMDB no Paraná, a despeito de tudo, inclusive da incompreensão e até mesmo de parte do próprio funcionalismo — felizmente minorias inexpressivas e revanchistas — conseguiu realizar o que os outros não puderam e muitos não quiseram.

É esta verdade que quero resgatar, enquanto, com muita honra, falo em nome da Liderança da minha Bancada e do nosso Governo Democrático.

É preciso que fique registrado como medida de justiça, a recomendação que fizemos, desta mesma tribuna, no último dia 26 de junho de 1984, no último pronunciamento que fizemos aqui antes do recesso parlamentar, quando apelávamos aos nobres Pares da Casa para que procurem se inteirar do conteúdo desta Mensagem, referindo a Mensagem da Lei dos Inativos, que havia sido mandada nos últimos dias de junho pelo Poder Executivo para ser apreciada pela Casa.

Inteirar-se do conteúdo desta Mensagem, que foi estudada criteriosamente, mas que acredito possa receber muita contribuição da Casa para que realmente nós tenhamos esta preocupação e este tratamento humano com as pessoas que, vencidas pela idade, já não podem mais dar a sua força de trabalho, mas, nem por isso, devem ser desconsideradas com a dignidade de criatura humana e com os recursos financeiros que o Estado tem obrigação de lhes alcançar para que possam terminar suas vidas com dignidade e condições aceitáveis para um Governo que se preocupa tanto com o social.

Pois bem: O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, enviado pelo Governador José Richa e aprovado pela Assembléia, votado em redação final pela Casa na última segunda-feira, deverá beneficiar aproximadamente quinze mil servidores inativos civis do Paraná.

Pretendeu o Governo do Estado desta forma corrigir a defasagem dos vencimentos até agora existentes entre os funcionários públicos ativos e inativos do Estado. Em alguns casos tal discrepância atinge a 40 por cento incluindo a gratificação por serviços extraordinários e a produtividade. Procedendo como procedeu, o Governador José Richa dá mostras de maneira incontestável de que está cada vez honrando os compromissos assumidos nos palanques eleitorais.

Os quinze mil servidores beneficiados representam 62,5 por cento do total de vinte e quatro mil servidores inativos que possui o Estado. Em sua maior parte, os atingidos diretamente pela nova legislação pertencem ao quadro geral e ao magistério — a medida não afetará o restante dos aposentados pelo fato de que esta parcela já se encontra enquadrada na legislação vigente usufruindo dos benefícios equivalentes.

Dos servidores que agora são beneficiados, seis mil são professores aposentados que prestaram serviços em todas as

regiões do Estado, todos eles, mais os nove mil restantes do quadro geral de inativos, terão seus vencimentos aumentados em 35 por cento em média.

Veja-se um só exemplo, onde esse acréscimo deverá dobrar: por exemplo, um técnico em administração, servidor com nível superior, aposentado em 1975, com trinta e seis anos de serviço, percebe hoje, incluindo quinquênios, quinhentos e vinte e nove mil mensais. Como a medida aprovada, com a lei aprovada nesta Assembléia, prevê a reposição de gratificação por serviços extraordinários e dos adicionais de produtividade, esse mesmo técnico passará a perceber depois da sanção da lei, um milhão, duzentos e seis mil cruzeiros, com um acréscimo, portanto, que ultrapassa o índice dos cem por cento, de quinhentos e vinte e nove mil, passará a perceber um milhão, duzentos e seis mil cruzeiros, esse funcionário inativo do Estado.

Com a sanção da lei pelo Governador José Richa, serão reparadas as injustiças em relação aos inativos que recebem menos que os ativos, mesmo depois de prestarem serviços ao Estado por longos anos. A legislação prevê também, vantagens específicas, tais como a gratificação por serviços extraordinários, o que beneficiará diretamente os servidores que, quando em ativa, ultrapassaram as seis horas diárias de trabalho. Por esse dispositivo, os aposentados que comprovarem três anos consecutivos ou cinco anos alternados de horas extras, ainda que anteriores à Lei número 6794/76, passarão a ter a gratificação incorporada aos seus vencimentos, como uma medida de justiça.

Uma outra vantagem específica atingirá os servidores inativos de nível superior, mediante a recuperação da gratificação de produtividade. Esse benefício atingirá a cerca de 400 aposentados excluídos do benefício pela atual legislação, de um total de mil e trezentos servidores inativos de nível superior existentes no Estado.

Há, ainda, genericamente, mais uma vantagem automática. Haverá recisão dos proventos de inatividade sempre que houver alteração dos vencimentos, vantagens ou modificação na estrutura de cargos efetivos de pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições. Isto aliás, é de suma importância, porque ao mesmo tempo em que corrige a defasagem salarial, garante aos inativos que, doravante, terão sempre os mesmos direitos dos ativos.

Vale dizer, pelo artigo segundo desta lei, que de agora em diante, não terá mais o funcionário que se aposentar no Estado do Paraná, a lhe rondar o fantasma da defasagem dos seus salários em relação ao pessoal ativo.

Esta correção será automática. Toda vantagem, todo o benefício, todo o aumento que o pessoal ativo tiver, automaticamente pelo dispositivo da lei, será repassado ao pessoal inativo.

Outro projeto que tramita na Assembléia pretende conceder aos professores não habilitados e regionalistas, ativos e inativos, vantagem adicional refletindo na criação de onze referências salariais, nas quais serão distribuídos no serviço de cada um. Esta medida beneficiará 1048 professores ativos e 3187 inativos, totalizando mais de 4235 beneficiados. Aliás, quanto a estes professores — os tidos professores regionalistas que bem podem servir como padrão da vocação do Magistério, esta é a característica de nosso Governo de corrigir as injustiças do passado. Foram eles — os professores regionalistas, na maioria dos casos, que ajudaram a desbravar as nossas progressistas cidades do interior deste Paraná, e que, incompreensivelmente, pela insensibilidade dos governos anteriores, estavam sendo vítimas de odiosa discriminação.

A justiça que se faz aos mais humildes é a que é a verdadeira justiça. “Dar a cada um o que é seu”, deve ser o lema, a diretriz e a grande bússola de um governo humano, democrático e justo.

Por isto, Sr. Presidente, quando votamos aqui a mensagem

que procura corrigir a injustiça aos professores regionalistas, ela não foi enquadrada na Lei dos Inativos, porque ainda existem no Paraná 1048 professores regionalistas em atividade. E era necessário se dar a estes e aos inativos, um igual tratamento. Por isto que veio num projeto separado que o governador mandou. Se pensava inicialmente que pudesse vir de um aditivo da Lei dos Inativos, mas como esta lei só tratava do caso específico dos inativos, preferiu o governo mandar num projeto em separado que se encontra na Casa e na próxima semana — acreditamos, venha à Ordem do Dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho aqui um quadro comparativo da disposição da lei atual e da futura Lei dos Inativos, que quero transcrever nesta Casa, para que se registre aqui a grande diferença que vai ter o tratamento diferencial, que passará a ter, o inativo do Paraná, depois da sanção governamental.

E bem disse recentemente nesta Casa o nobre Deputado Erondy, e quero transcrever aqui suas palavras “ipsis literis” de um pronunciamento feito nesta Casa quando nos concedeu um aparte no último mês de junho.

Disse o nobre Deputado Erondy Silvério, líder do governo anterior: “tão logo Vossas Excelências (se referindo a nós) assumiram o Governo, tiveram este gesto nobre para com o funcionário público do Estado”.

E dizia Erondy Silvério: “fui à tribuna porque devemos sempre elogiar as boas ações, mesmo partindo de nossos adversários políticos e devemos criticar inclusive companheiros nossos, políticos, como fez neste exato momento o Deputado Roberto Requião, quando entendeu que a atitude do Sr. Secretário da Saúde não foi coerente com a prática do programa partidário”. E dizia o Deputado Erondy Silvério, quando as medidas tomadas pelo nosso governo, não correspondem aos anseios da população, da mesma forma dizia Erondy, quero hoje deixar aqui consignado nos Anais da Casa, o meu reconhecimento pela forma com que o Governo de Vossa Excelência tem encarado a questão dos idosos, não só o funcionário aposentado, que foi criminosamente relegado ao abandono do nosso governo, não por culpa de nossa bancada, porque cobrávamos insistentemente do governo melhorias substanciais ao servidor aposentado, porque o servidor aposentado paga o mesmo preço do leite, do pão, da carne, enfim, dos artigos de primeira necessidade, que o funcionário da ativa, dizia Erondy Silvério, entretanto, seu vencimento está sempre defasado e hoje recebe quantias irrisórias, que até como Vossa Excelência citou, dá vergonha a gente saber que o Estado paga vencimentos desta ordem aos seus aposentados.

Esquecido estava, como entidade jurídica do que representou esse funcionário, quando na ativa, para o desenvolvimento do Estado, então Vossas Excelências tiveram essa preocupação na Polícia Militar do Estado, os nossos tecnocratas, dizia Erondy Silvério, só tratavam de beneficiar de capitão para cima, Vossas Excelências realmente lembraram dos postos menos graduados da Polícia Militar e agora na questão do idoso, o programa social do PMDB é muito bom, lembrou-se daquelas pessoas que temos que cultuar pelo muito que elas representaram no passado, pelos ensinamentos que nos proporcionaram e a nossa geração, a geração futuras, o idoso neste País, continuava Erondy Silvério, é pessoa relegada ao mais completo abandono, ao verdadeiro esquecimento, inclusive às vezes pela própria família.

É necessário que o governo, como entidade pública, venha em favor do idoso, com medidas como esta, que são no momento paliativas, mas são um bom começo para se caminhar; um quilômetro se começa com um metro.

Então, essas medidas ainda não são completas em favor do idosos, mas é o início de um programa que contará com o nosso apoio, contará com o apoio de todos os homens de bem, porque é realmente nossa obrigação, é nosso dever emprestar

à pessoa idosa toda nossa colaboração, como forma de reconhecimento e agradecimento, pelo muito que fizeram no passado".

Por isso, Srs. Deputados, fiz questão de transcrever estas palavras, daquele que tem sido em determinados momentos, um crítico contumaz à política do nosso governo.

Acredito que em momentos como estes, quando se recebe um elogio do adversário, é este o verdadeiro elogio.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Nobre Deputado, está extinto o seu tempo no Grande Expediente. Concedo um minuto para conclusão dos trabalhos.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, o Líder usará o tempo que for necessário do horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para, no Horário da Liderança, continuar o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Serei breve, e quero arrematar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se o governo do PMDB compra áreas de terras para assentar os sem-terras, vítimas de um injusto modelo econômico, que o autoritarismo gerou, se o governo do PMDB convoca a iniciativa privada para dar passagem gratuita aos idosos e desempregados, como vem sendo praticado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, se o governo do PMDB remunera o seu funcionalismo com justiça e no máximo de esforço que pode o governo fazer, é porque cumpre este governo um programa do seu partido, que lhe determina a justiça social.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero transcrever dois artigos, da Lei dos Inativos, votada por esta Casa, em Regime de Urgência, e que de "per si", retratam o espírito da justiça social, que tanto defendemos.

É o artigo quinto: "Fica assegurada ao servidor já aposentado, a melhor retribuição entre a decorrente desta lei ou a então existente".

E um outro artigo, o 143: "Os proventos de inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, e vantagens, bem como modificação na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições. O que vale dizer, é um dispositivo automático, e que sempre que se conceder um percentual de reajuste aos ativos, este mesmo percentual deverá atingir os inativos.

Equivalo, em síntese, ressaltar de que ora em diante, o Paraná, os inativos e aposentados deste Estado, terão, via de regra, permanente, sistematicamente, atualizados e reajustados os seus vencimentos.

Fique pois, o funcionário público do Paraná, tranqüilo, pois o fantasma da defasagem salarial, quando a aposentadoria surgir, não mais existirá, porque agora, a nova lei lhe assegurará a tranqüilidade de uma aposentadoria justa e legítima.

De nossa parte, acredito de todos os Srs. Deputados, só esta a satisfação de termos, apenas e tão somente, cumprido o nosso dever.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Consultamos a Liderança do PMDB se usará o restante do seu tempo.

SR. NELSON VASCONCELLOS — Declinamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS, se usará o seu tempo.

Por dez minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, às vezes, nos alteramos, como se alteram tanto os Deputados do PMDB como os do PDS. Mas hoje, com a devida vênia, este Poder foi arranhado, pelo seu mais alto mandatário que é o Presidente da Casa.

A ditadura começa a imperar. A ditadura, ao invés da Democracia Participativa e o respeito com a minoria. Apesar do respeito do que tenho pelo ilustre Presidente, homem de gabarito, homem de moral, mas como diz o caboclo, "hoje judiô".

Nós tínhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, 20 Deputados que responderam à chamada; após o Deputado Ivan Gubert pedir verificação de votação, dentro dos parâmetros do Regimento Interno.

Se quando nos excedemos, ferindo muitas vezes o Regimento Interno, não é plausível, mas também não é plausível a Presidência, ditatorialmente, não reconhecer o erro e passar por cima do Regimento Interno. O que será desta Casa, Sr. Presidente, quero que me perdoe e me desculpe, porque errar é humano, mas a Presidência, ferindo a sensibilidade da Minoria, ferindo e afrontando o próprio Regimento Interno desta Casa, deu um veredito errado, um veredito que, para um engenheiro que entende de matemática, para um engenheiro que sabe que dois e dois são quatro, 20 - 3 são 17, eu peço vênia, se neste momento eu venho reclamar, porque esta é a nossa Casa.

Embora eu pertença à Bancada da Minoria, mas hei de reclamar os erros; hei de conclamar, hei de exigir que se siga o Regimento Interno ou então vai por água abaixo a proclamada Democracia Participativa.

Hoje o ato do Presidente foi um ato de ditadura; talvez num momento impensado; talvez, Srs. Deputados, o Presidente de nossa Casa, talvez no momento faltou-lhe a idéia de somar e de diminuir e tirar 20 menos 3 são 17.

Temos o Deputado Osvaldo Alencar que estava secretariando a sessão. E se eu estiver mentindo, eu pediria vênia desta mesma tribuna.

Agora, o que não pode, é tripudiar sobre a Minoria, com os mesmos direitos. Com os direitos que o povo nos proferiu para virmos a esta Casa, Sr. Presidente, e reclamar nossos direitos.

Vossa Excelência nem ao menos proferiu a votação. Vossa Excelência menosprezou o Deputado companheiro nosso, Ivan Gubert.

Graças a Deus que não foi comigo. Graças a Deus, Sr. Presidente, que talvez, na euforia, no entusiasmo, nós tivéssemos conferido a sessão.

Eu reclamo, é um alerta porque o Regimento Interno há de ser respeitado, Sr. Presidente.

A matemática é meridiana, Sr. Presidente: "20 menos 3 é igual a 17".

Estava secretariando a sessão o Deputado Osvaldo Alencar, e talvez pelo vexame até tivesse saído da Secretaria, porque talvez ele também viu, a imprensa ouviu e nos estarecidos e extasiados, estamos esperando, porque é um direito nosso. Estamos conversando porque, por enquanto, aqui é uma Casa democrata, é uma Casa de Democracia, onde o povo há de ser respeitado através de seus representantes.

Esta sessão não tem valor, Sr. Presidente, porque tínhamos 17 Deputados e Vossa Excelência errou, não sei se foi proposital. Com o respeito que tenho por Vossa Excelência, mas com o maior respeito que tenho pelo meu companheiro de bancada, o respeito que tenho pelo Regimento Interno da Casa e para não levar odiploa de burro para casa, então vimos reclamar desta tribuna. Desta tribuna que há de ser a voz do povo; desta tribuna que é contra toda e qualquer ditadura participativa.

Vossas Excelências sempre falam em Democracia Participativa. Onde estava hoje a democracia da Assembléia Legislativa do Paraná, quando o Presidente desta Casa, ilustre amigo que respeito, errou na conta? 17 menos 3 são 20, e 20 menos 3, são 17. Conseqüentemente, não havia número para prosseguimento da sessão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. — Apoiados. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68/84, que aprova o Convênio n.º 10/83, celebrado em 08/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de MANDIRITUBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. (Mensagem n.º 10/84). — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 03, de 12/03/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69/84, (Mensagem n.º 34/84, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 03, de 12/03/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/84, (Mensagem n.º 82/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Aprovado. (Public. no D.A. n.º 10, de 22/03/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/84, (Mensagem n.º 131/83), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROSAFRAS, exercício de 1.983. — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 03, de 12/03/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 72/84, (Mensagem n.º 43/84), que aprova Convênio celebrado entre o

Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de TOLEDO, objetivando realização da FESTA NACIONAL DO PORCO NO ROLETE, e ativar o fomento agrícola da região, ensejando amplo relacionamento entre os pecuaristas para melhoria da produção e da produtividade. — Aprovado. (public. no D.A. n.º 06, de 15/03/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 73/84, (Mensagem n.º 41/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 06, de 15/03/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 74/84, (Mensagem n.º 55/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Aprovado. (Public. no D.A. 10, de 22/03/84, Mensagem).

4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do nobre Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que dá nova redação ao Art. 73, do Regimento Interno, e outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com Emenda Substitutiva à Emenda Substitutiva de Plenário.

Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário. — Aprovada.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo implantar em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino que contem com mais de 200 alunos, o Serviço Social junto à Escola, e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emenda da C.C.J., por unanimidade. Com Pareceres Favoráveis da C.F. e C.E., ao Projeto e à Emenda da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Em votação a Emenda. — Aprovada.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/84, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS E OUTROS, que proíbe aos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1.º e 2.º Grau, a cobrança de Taxas e Contribuições, conforme especifica e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emenda da C.C.J., por unanimidade. Com Parecer Favorável da C.F., por unanimidade. E com Parecer Favorável da C.E. à Emenda da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —

Em votação a Emenda. — Aprovada.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo denominar RODOVIA RENATO FESTUGATO, a Rodovia que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DO APOSTOLADO CATÓLICO IRMÃS PALOTINAS, com sede e foro no Município de Arapongas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o

PAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BAPTISTA, com sede no Município de Moreira Salles, e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre publicação semestral no Diário Oficial do Estado, da Relação das Entidades Assistenciais Beneficiadas pelos Lucros da Loteria do Estado, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que cria o Distrito Administrativo de TRIOLÂNDIA, no Município de Ribeirão do Pinhal. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL, com sede e foro no Município de Quinta do Sol. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara a Gralha Azul Ave-Símbolo do Paraná e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede em Engenheiro Beltrão e foro na cidade de Peabiru. Com Parecer Favorável e Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. —

Em votação. — **Aprovado.** Prejudicado o projeto original.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Sra. SUELY MARCONDES DE MOURA FESTUGATO, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO E OUTROS, que dá nova Redação ao Art. 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, Lei Orgânica dos Municípios, na forma que especifica. (MANDATO DE VEREADOR SOMENTE SERÁ REMUNERADO NOS CASOS PERMITIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). Com Parecer Favorável da C.C.J. por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Parágrafo Único do Art. 2.º da Lei n.º 7711, de 15/06/83, conforme especifica. (PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE QUE TRATA O "CAPUT" DESTE ARTIGO, O VICE-GERENADOR NÃO PERCEBERÁ QUALQUER ESPÉCIE DE REMUNERAÇÃO, ASSEGURADO ENTRETANTO O DIREITO DE POSSE, EXCETO NOS CASOS DE ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA).

RAÇÃO COLETIVA). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/83, (ex-Proposição n.º 06/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de BORRÁZÓPOLIS. Com Parecer Favorável da C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/83, (ex-Proposição n.º 49/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação e Compromisso de números 08 a 14, celebrados em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando construção de terminais rodoviários nos referidos municípios. Com Parecer Favorável da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre eleições diretas para Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Graus - Regular e Especial — da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Em discussão o Projeto e o Substitutivo Geral. — Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de KALORÉ, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. (Public. no D.A. n.º 49/83, de 04/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

Pretende o nobre Deputado Tadeu França, com o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

Depreende-se pela justificativa afirmada, que o imóvel objeto da doação, será utilizado pelo município para instalação de obras comunitárias e de interesse social.

Nos termos legais e constitucionais a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a matéria está regulada no Art. 21, inciso VIII - letra C, da Constituição Estadual, quando estabelece as competências deste Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado.

Assim sendo, face a inexistência de óbices legais ou constitucionais, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu França, o projeto de lei em exame tem como objetivo doar ao Município de Kaloré o imóvel de propriedade do Estado conforme especifica, gravando-o com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A C.C.J. já se manifestou favoravelmente ao projeto em

trâmite.

Tratando-se de matéria de alto alcance social, de vez que transfere para o Município de Kaloré imóvel inaproveitável pelo Estado, o que possibilitará ao município utilizá-lo em obras comunitárias, conforme o Ofício de n.º 347/83, do Sr. Prefeito Municipal daquela comuna, sendo, portanto, justa e louvável a doação.

Do ponto de vista da C.O.P.T.C., temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1984.

(aa) EDUARDO BAGGIO — Presidente
MÁRIO PEREIRA — Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

O projeto de lei em pauta, tem como escopo doar ao Município de Kaloré imóvel de propriedade do Estado.

O projeto vem tendo tramitação normal nesta Casa, e merecido parecer Favorável das Comissões de Constituição e Justiça, e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O aspecto legal e constitucional da matéria já foi devidamente analisado, e no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a presente doação tem por finalidade a instalação de obras comunitárias e de interesse social no Município de Kaloré, o que por si só nos convence de sua oportunidade.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1984.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Presidente
EDUARDO BAGGIO — Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado NILSO SGUAREZI, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por 15 (quinze) sessões, o Projeto de Lei n.º 50/83, de autoria do Deputado Tadeu França. — **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do referido projeto, por 15 (quinze) sessões.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO E OUTROS, que assegura aos Diretores de Empresa na qual o Estado seja Acionista Majoritário, é assegurada a percepção de honorários, conforme especifica. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J. por maioria. E com Parecer Favorável da C.F. ao Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. (Public. no D.A. n.º 73/83, de 24/06/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 88/83

PARECER:

De autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado e outros, objetiva o presente plano de lei, assegurar remuneração condigna a dirigentes de empresas em que o Estado seja acionista majoritário, na forma como especifica.

Dos termos da justificativa, dependem-se as razões da medida, cuja oportunidade e justeza são ali explanadas.

Imune dos vícios constitucionais, o Projeto está em condições de ser apreciado pelos demais órgãos da Casa.

Desta forma, somos de opinião favorável à Aprovação do presente projeto, na forma da emenda substitutiva que em anexo apresentamos, com o objetivo de melhor adequá-lo aos princípios norteadores da técnica legislativa. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 88/83

PARECER

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Os dirigentes de empresas em que o Estado seja acionista majoritário, perceberão remuneração nunca inferior à que percebem, a qualquer título, empregados daquelas entidades.

Parágrafo Único — A remuneração prevista neste artigo deverá ser acrescido o índice de 20% (vinte por cento), a título de representação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 88/83

PARECER

De autoria dos ilustres Deputados Tadeu Lúcio Machado e outros, objetiva o presente Plano de Lei assegurar remuneração condigna a dirigentes de empresas em que o Estado seja acionista majoritário, na forma como especifica.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente à matéria, apresentando emenda substitutiva com o objetivo de melhor adequá-lo aos princípios norteadores da técnica legislativa.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da matéria em estudo, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação da mesma pelos demais órgãos desta Casa, uma vez que, trata-se de um projeto oportuno e justo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
TUGUIO SETOGUTTE — Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convertido o Projeto de Lei n.º 88/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/83, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dá nova redação ao Art. 9.º, da Lei n.º 7.540, de 08.12.81, conforme especifica. (ATRIBUI GRATIFICAÇÃO A ASSISTENTE JURÍDICO, BIOLÓGICO, TÉCNICO DE ASSUNTOS CULTURAIS E PSICÓLOGOS DO PODER EXECUTIVO). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E com pareceres FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — (Publicado no D.A. 118/83, de 20/10/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 188/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente plano de lei tem como finalidade alterar o Art. 9.º, da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981, a fim de contemplar categoria funcional que não havia sido atendida na legislação original.

O projeto seguiu seus trâmites normais pelos diversos

órgãos desta Casa.

Do exame dos aspectos legais e constitucionais, verifica-se que não fere a legislação vigente, estando, portanto em condições de ser aprovado.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
HERMAS BRANDÃO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 188/83

PARECER

O nobre Deputado TADEU LÚCIO MACHADO intenta, com o presente Plano de Lei, atribuir gratificação a Assistente Jurídico, Biólogo, Técnico de Assuntos Culturais e Psicólogos do Poder Executivo para o que propõe nova redação ao art. 9º, da Lei nº 7.540/81. A matéria já foi objeto de exame pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde mereceu parecer favorável.

Atento, embora, ao aspecto financeiro que envolve a Proposição, pelo que seria de se lhe opor o proibitivo constitucional quanto à iniciativa, somos todavia inclinado a relevar o vício de origem, dado o elevado alcance social da medida, na expectativa de que a sanção governamental venha a transformar em Lei o desiderato aqui veiculado.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
DIRCEU MANFRINATO – Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 188/83

PARECER

Pretende o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, com o presente Projeto de Lei dar nova redação ao art. 9º, da Lei nº 7.540, de 8/12/81, estendendo a gratificação atribuída pela Lei nº 6.569 aos psicólogos integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das outras Comissões de Constituição e Justiça, e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chama-se a opinar sobre o seu mérito, temos que tal Proposição é das mais cabíveis e oportunas, pois visa estabelecer equiparação e vantagens a classes de funcionários do Quadro de Pessoal do Estado.

Com isso, nosso Parecer é favorável à iniciativa, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL – Presidente;
NELSON VASCONCELLOS – Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de nº 188/83, solicitando seja convertido o Projeto de Lei nº 188/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo. — aprovado.

DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 191/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao item III, do Artigo 2º, da Lei nº 7.700, de 05.01.83 e dá outras providências. (GRATIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR ESPECIAL). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por

unanimidade. E com parecer CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. (Publicado no D.A. nº 118/83.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 191/83

PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, altera a redação do item III, do artigo 2º, da Lei nº 7.700, de 05 de janeiro de 1983, que trata da Gratificação Policial Militar Especial.

A proposição em pauta, pretende estender a referida gratificação a cabos e soldados da Polícia Militar do Estado.

A medida tem elevado alcance social, embora entre em conflito com o disposto pelos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual.

Acreditamos, contudo, que se deve relevar o vício de origem, que será sanado, sem dúvida, com a possível sanção governamental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
ANIBAL KHURY – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 191/83

PARECER

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, visa alterar a redação do item III, do Art. 2º, da Lei nº 7.700, de 05 de janeiro de 1983.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, houve por bem opinar que o presente Projeto, embora de elevado alcance social, entra em conflito com os dispostos pelos artigos 25 e 35 da Constituição do Estado.

Entretanto, a se julgar a matéria sob a ótica da finança e do subsequente aumento que o presente Projeto criará, esta Comissão considera de suma importância o questionamento levantado quanto à autoria.

Nestas condições, nosso Parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
DIRCEU MANFRINATO – Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 191/83

PARECER

A Lei nº 7.700, de 05 de janeiro de 1983, trata da Gratificação Policial Militar Especial. A intenção do nobre Deputado Nestor Baptista, com o Projeto de Lei em exame, é promover alteração na redação do item III, do artigo 2º da referida lei, estendendo a citada gratificação a cabos e soldados da Polícia Militar do Estado.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria recebeu indispensável parecer favorável, ressalvado, porém, o vício de origem, dado o conflito com os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual.

Já a augusta Comissão de Finanças achou por bem questionar a autoria da proposição, visto aumentar despesa e ser, portanto, atributo exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

No que cabe a esta Comissão de Segurança Pública opinar, não podemos deixar de ter em consideração o elevado alcance social da medida. Sem dúvida, a melhoria das condições de trabalho e remuneração daqueles que devem responder pela segu-

rança da coletividade, só contribui para um mais efetivo desempenho das funções.

Neste sentido, apresentamos o nosso parecer favorável à matéria, opinando pela sua aprovação, esperando que o reconhecido vício de origem seja sanado pela sanção governamental.

Tal é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1984.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO — Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, a ser encaminhada ao Poder Executivo.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196/83, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo criar o "PARQUE ESTADUAL DO CADEADO" e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com parecer FAVORÁVEL da C.T.I.C. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— (Publicado no D.A. n.º 119.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 196/83

PARECER

O Projeto de Lei n.º 196/83, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo a criação do Parque Estadual do Cadeado, abrangendo a Serra do Cadeado até a Serra dos Mulatos, na divisa dos Municípios de Ortigueira e Marilândia do Sul.

Ao mesmo tempo, autoriza o Poder Executivo a providenciar a demarcação da área e a efetuar as desapropriações que se fizerem necessárias.

Dito projeto é idêntico a outro anterior, de autoria do então Deputado José Domingos Scarpelini, que tinha o n.º 120/81, o qual, por não ter tido aprovação definitiva, acabou sendo arquivado por força da Resolução n.º 32/83.

Não há dúvida alguma que o presente plano de lei é dos mais oportunos, pois tem como finalidade principal a preservação da flora e da fauna daquela reserva florestal, colocando um ponto final nas diversas ações depredatórias e devastadoras que vêm mutilando aquela belíssima região.

Todavia, parece-nos desaconselhável que sejam desapropriadas pelo Poder Executivo as terras localizadas na área abrangida pelo futuro Parque Estadual do Cadeado, em razão do alto custo que tal providência iria acarretar aos cofres públicos.

Na verdade, a crise econômica pela qual atravessa nosso país, atingiu também as finanças estaduais. Assim, outras prioridades governamentais poderiam postergar a desapropriação das mencionadas terras e o presente projeto de lei acabaria se tornando inócuo.

Nestas condições, melhor seria declarar dita região como de PRESERVAÇÃO PERMANENTE, na forma permitida pelo art. 3.º, da Lei n.º 4.771, de 15/9/65 (Código Florestal), providência essa que permitiria manter intocável a flora e a fauna da região, sem qualquer dispêndio financeiro para o Estado do Paraná.

O mesmo fim seria atingido e as finanças públicas não sofreriam abalo algum.

Ouso, portanto, submeter aos nobres Pares para aprovação por parte desta douta Comissão de Constituição e Justiça, o SUBSTITUTIVO GERAL anexo.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

IVAN GUBERT — Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

A criação do Parque Estadual do Cadeado, abrangendo a Serra do Cadeado até a Serra dos Mulatos, na divisa dos Municípios de Ortigueira e Marilândia do Sul, é antiga e sentida reivindicação da população daquela região, bem como, motivo de preocupação de todos aqueles que devotam a sua atenção para a causa da preservação ambiental.

Na legislatura passada foi objeto de Projeto de Lei, iniciativa do então Deputado José Domingos Scarpelini, que não logrou aprovação definitiva e acabou por ser arquivado. Resurge, agora, em novo projeto, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O mesmo, mereceu apreciação por parte da douta comissão de Constituição e Justiça, recebendo, com ressalvas, parecer favorável, mediante a apresentação de um Substitutivo Geral.

No que deve esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização examinar, ressaltamos o elevado mérito da matéria, dada a sua preocupação ecológica e voltada, principalmente, para a preservação da flora e da fauna daquela reserva florestal.

Entendemos, portanto, plenamente justificada a proposição. Daí porque, manifestarmos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação da mesma, na forma do Substitutivo Geral aprovado pela C.C.J.

Tal é o nosso parecer, que entregamos à deliberação dos nobres Pares.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1984.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 196/83

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Estadual do Cadeado.

§ único — Seu território abrangerá a Serra do Cadeado até a Serra dos Mulatos, na divisa dos Municípios de Ortigueira e Marilândia do Sul.

Art. 2.º — O Governo do Estado providenciará a demarcação da referida área, a qual será declarada como de preservação permanente, na forma prevista pelo art. 3.º, da Lei n.º 4.771, de 15/9/65 (Código Florestal).

§ Único — Será respeitada a área de terras pertencente à Telepar, onde está localizada sua estação retransmissora.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

IVAN GUBERT — Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convertido em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo, o Projeto de Lei n.º 196/83.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221/83, de autoria do Deputado JOSÉ AMIN MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA INTEGRAL

DE MARILÂNDIA DO SUL — CEPRHIMS”, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 130/83, de 17/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 221/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Jorge Amin Maia Filho, que declara de utilidade pública o “Centro de Produção Humana Integral de Marilândia do Sul — CEPRHIMS”, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei 6.994, de 10.01.78, que regula o assunto em pauta, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo implantar Cursos de segundo grau nas Escolas Públicas dos Municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên, e Quatro Barras. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER da C.E., para que se converta a presente proposição em SUGESTÃO ao Poder Executivo, por unanimidade. (Publicado no D.A. n.º 134, de 24/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 232/83

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Acir Mezzadri, pretendeu autorizar o Poder Executivo a implantar nas Escolas Públicas dos municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên e Quatro Barras, cursos de segundo grau.

No que cabe a esta douta Comissão de Constituição e Justiça manifestar, como se trata de uma simples autorização ao Poder Executivo, não há nada que obste, tanto do ponto de vista legal, quanto constitucional, a livre tramitação da matéria em pauta.

Sem dúvida, trata-se de iniciativa das mais meritórias, pois preocupa-se em criar condições nos referidos municípios, aos alunos que vencem a etapa do primeiro grau, a possibilidade de prosseguirem com os seus estudos.

Portanto, somos de opinião favorável e nos posicionamos pela aprovação do citado Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N.º 232/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado ACIR MEZZADRI, o presente Plano de Lei visa a implantação de cursos de segundo grau nos municípios que especifica.

Muito embora tenha sido o processo objeto de exame pela douta Comissão de Constituição e Justiça, onde mereceu parecer favorável, ousamos contudo discordar dos argumentos ali expendidos, sobretudo por tratar-se de matéria cuja iniciativa é da

competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Nem se alegue que, no caso, se cogita de “uma simples autorização ao Poder Executivo”. Com efeito, a Constituição Estadual, em seu artigo 35, estabelece como da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis que ... “de qualquer modo, AUTORIZEM, criem ou aumentem a despesa pública”.

Em tais condições, e para que não se contrarie o dispositivo constitucional, somos de opinião se converta a presente proposição em SUGESTÃO ao Poder Executivo, para que se transforme em Lei o desiderato em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA — Presidente;

ADHAHIL SPRENGER PASSOS — Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja transformado o Projeto de Lei n.º 232/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública o “HOSPITAL REGIONAL DE PSIQUIATRIA CÂNDIDO BERTHIER”, com sede e foro na Comarca de Paranavaí. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 22, de 11/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 73/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o HOSPITAL DE PSIQUIATRIA CÂNDIDO BERTHIER FORTES, com sede e foro na cidade de Paranavaí.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6.994, de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/84, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO TEIXEIRA SOARENSE DE AMPARO AO IDOSO” — ATAI, entidade de Assistência Social com sede na cidade de Teixeira Soares. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 23, de 12/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 76/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ATAI — Associação Teixeira Soarense de

Amparo ao Idoso, com sede e foro em Teixeira Soares.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6.994, de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

NELSON BUFFARA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 171/84), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Especiais para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e IPE, nos valores de Cr\$ 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), e Cr\$ 20.328.000.000 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros), respectivamente. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publicado no D.A. n.º 84, de 10/09/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 221/84

PARECER

O presente projeto de lei, Mensagem Governamental n.º 171/84, de autoria do Poder Executivo, autoriza a abertura de Créditos Adicionais aos orçamentos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA, no valor de Cr\$..... 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE, no valor de Cr\$... 20.328.000.000 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros), e dá outras providências.

A matéria em tramitação tem amparo nos artigos 35 e 47 da Constituição Estadual.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre o Projeto, nada temos que possa obstar a normal tramitação do mesmo pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 221/84

PARECER

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 171/84, tem por finalidade obter autorização deste Poder para abertura de Créditos Adicionais aos Orçamentos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA, no valor de Cr\$ 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE, no valor de Cr\$ 20.328.000.000 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros).

Sobre seu aspecto legal e constitucional, a matéria foi

devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

Ao analisar a matéria no que diz respeito ao seu aspecto financeiro, constatamos que os recursos necessários para a cobertura do presente Crédito Adicional são provenientes das próprias Entidades encontrando respaldo legal no disposto no § 1.º, item II, do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando o relevante interesse público da matéria, opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator. — Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — A Mesa defere o Requerimento do Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Questão de Ordem) — Eu retiro a solicitação de chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — A Mesa irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados o aprovam; 1 Sr. Deputado o rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 04, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82 e 83/84.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/84

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 221/83; 73 e 76/84

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 212 e 220/84, e do Projeto de Lei Complementar n.º 85/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 187/84.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 21.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1984

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, secretariada pelos Senhores Deputados Homero Oguido e Tuguio Setogutte.

Às dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Mais Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 64/83, que veda a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros, os Municípios, cujas contas não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de “CONTAS IRREGULARES”.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.^o 59, de 30/5/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 93/83, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS — ASSERVI”, com sede nesta Capital.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.^o 77, de 30/06/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 124/83, que veda a qualquer Título Distribuição de Dividendos a Funcionários e Diretores, de Empresas de Economia Mista, nas quais o Estado

seja Acionista Majoritário e dá outras providências.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.^o 93, de 25/08/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 145/83, que autoriza o Poder Executivo criar, no Município de Paranavaí, Escola Técnica de Agricultura nível de segundo grau, com o nome de “COLÉGIO AGRÍCOLA HEITOR ALENCAR FURTADO”.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 145/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar em próprio do Estado, no Município de Paranavaí, Escola Técnica de Agricultura em nível de segundo grau, que receberá o nome de “Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado”.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 150/83, que declara de utilidade pública o Conselho Paroquial da Comunidade Católica de “São Sebastião”, com sede e foro na cidade de Andirá. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 150/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO PAROQUIAL DA COMUNIDADE CATÓLICA DE “SÃO SEBASTIÃO”, com sede e foro na cidade de Andirá.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 169/83, que autoriza o Poder Executivo transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiroz Filho.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 169/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiroz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, nos termos da Lei n.^o 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 195/83, que autori-

za o Poder Executivo criar o "FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLADOR MUNICIPAL - FUMPLEM", e dá outras providências.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 119, de 24/10/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 224/83, (Mensagem n.º 147/83), que dispõe sobre possibilidade de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis — ITBI, sem juros, multa e correção monetária, na forma e condições que especifica, e dá outras providências.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 132 (Mensagem n.º 147) de 22/11/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 237/83, que denomina "RODOVIA URBANO PEDRONI", que interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 237/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "RODOVIA URBANO PEDRONI", a PR-467, que interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23/84, que estabelece índices para o Aumento de Tributos no Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/84, (Mensagem n.º 69/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar a "SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS", de São Jerônimo da Serra, o Lote n.º 4, da Gleba 2, 2.ª Parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 69).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/84, que fixa em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em Concurso Público, conforme especifica.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 30 de 26/04/84).

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 93/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica fixado em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no serviço público estadual.

Art. 2.º — É vedado a qualquer órgão da administração direta ou indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ou fixado no artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125/84, que prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo Artigo 1.º, da Lei n.º 7.268, de 26.12.79, conforme especifica. (OPÇÃO NO REGIME DE TRABALHO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS).— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 125/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7.268, de 26 de dezembro de 1979, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.